

**O PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO NA HISTÓRIA DO IHGB:
HERANÇA ARQUIVÍSTICA, AMBIÇÃO HISTORIOGRÁFICA E
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO (1838–2022)**

THE RESCUE PROJECT BARÃO DO RIO BRANCO IN THE HISTORY OF IHGB:
ARCHIVAL HERITAGE, HISTORIOGRAPHICAL AMBITION, AND
DEMOCRATIZATION OF ACCESS TO INFORMATION (1838–2022)

JOÃO CARLOS NARA JR.¹

Resumo

Desde sua fundação em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro propôs-se coletar documentos concernentes à história do Brasil. Essa vocação institucional, que mobilizou diplomatas e eruditos ao longo do século XIX e início do século XX, reencontra-se, em escala inédita e com meios tecnológicos transformados, no chamado *Projeto Resgate Barão do Rio Branco*. Consolidado nas últimas décadas como uma das mais ambiciosas iniciativas de identificação, descrição e reprodução de fontes históricas relativas ao Brasil conservadas em arquivos estrangeiros, o Projeto Resgate passou de uma iniciativa erudita do IHGB para um empreendimento de cooperação internacional envolvendo a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e redes de instituições em múltiplos países. Este artigo reconstrói essa trajetória de longa duração, argumentando que o Projeto Resgate é, simultaneamente, herdeiro legítimo de uma vocação IHGB e vítima de fragilidades estruturais recorrentes. Embora tenha reunido centenas de milhares de páginas de documentos e produzido instrumentos de pesquisa de alto valor historiográfico, o Projeto Resgate permanece aquém de suas possibilidades em razão de: ausência de institucionalidade estável

Abstract

Since its foundation in 1838, the Brazilian Historical and Geographic Institute (IHGB) has proposed to collect documents concerning the history of Brazil. This institutional vocation, which mobilized diplomats and scholars throughout the nineteenth and early twentieth centuries, is rediscovered, on an unprecedented scale and with transformed technological means, in the so-called Barão do Rio Branco Rescue Project. Consolidated in recent decades as one of the most ambitious initiatives for the identification, description and reproduction of historical sources related to Brazil preserved in foreign archives, the Rescue Project has gone from an erudite initiative of the IHGB to an international cooperation venture involving the National Library Foundation (FBN) and networks of institutions in multiple countries. This article reconstructs this long-term trajectory, arguing that the Rescue Project is simultaneously the legitimate heir of an IHGB vocation and the victim of recurrent structural weaknesses. Although it has gathered hundreds of thousands of pages of documents and produced research instruments of high historiographical value, the Rescue Project remains below its possibilities due to: the absence of stable institutionality and formal

¹ Doutor em História Comparada pela UFRJ, mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional/UFRJ, licenciado em História pela UniRio e arquiteto e urbanista pela UFF. Atua na preservação e gestão do patrimônio cultural em âmbito federal, com experiência no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, no Arquivo Nacional, na Fundação Biblioteca Nacional e no Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. Sua pesquisa concentra-se em História do Brasil, História da Cura, História do Cristianismo e Humanidades Digitais. E-mail: narajr@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8632-7105>.

e designação formal de guardião permanente; ciclos irregulares de financiamento; fragmentação digital (múltiplos portais desarticulados); e incompletude do acesso público, com volume expressivo de microfilmes não digitalizados, documentos digitalizados não publicados, e instrumentos de pesquisa inéditos. O ensaio propõe compreender o Projeto Resgate como experimento historiográfico bem-sucedido, mas politicamente inacabado, cuja consolidação como política de Estado permanece como tarefa.

Palavras-chave: Projeto Resgate Barão do Rio Branco; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Fundação Biblioteca Nacional; historiografia brasileira; patrimônio comum; política arquivística.

designation of a permanent guardian; irregular funding cycles; digital fragmentation (multiple disjointed portals); and incompleteness of public access, with a significant volume of undigitized microfilms, unpublished digitized documents, and unpublished research instruments. The essay proposes to understand the Rescue Project as a successful but politically unfinished historiographical experiment, whose consolidation as a State policy remains a task.

Keywords: Projeto Resgate Barão do Rio Branco; Brazilian Historical and Geographical Institute; National Library Foundation; Brazilian historiography; common heritage; archival policy.

1. Vocaç o e herança do IHGB

Desde sua fundação, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro inscreveu em seus estatutos fundacionais a missão de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos” relativos à história do Brasil.² Essa vocação institucional — que, durante o século XIX e boa parte do XX, mobilizou diplomatas, juristas, eclesiásticos e eruditos em torno da tarefa de identificar, copiar e trazer para território nacional cópias de documentação dispersa em arquivos europeus — permanece viva, ressignificada e ampliada, no assim denominado Projeto Resgate de documentação histórica “Barão do Rio Branco”.

Idealizado e consolidado no final do século XX como uma das mais ambiciosas iniciativas de reunião, descrição e reprodução de fontes históricas relativas ao Brasil — com destaque para o trabalho realizado junto ao Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa — o Projeto Resgate é frequentemente apresentado como empreendimento bem-sucedido, responsável pela identificação de centenas de milhares de páginas de documentos, em sua maior parte do período colonial, em tese, acessíveis pela Internet. Essa caracterização, embora contendo fundo de verdade, mascara uma tensão fundamental que este ensaio procura explicitar.

De um lado, o Projeto Resgate representa, de fato, uma conquista historiográfica notável: ampliou exponencialmente o horizonte empírico disponível aos pesquisadores da História brasileira, permitiu a reorganização e descrição sistemática de acervos antes dispersos, desconexos ou pouco explorados, e viabilizou a formação de gerações de historiadores e arquivistas em práticas de trabalho com documentação manuscrita em escalas inéditas. De outro lado, e paradoxalmente, grande parcela desse patrimônio reunido permanece ainda hoje indisponível ao público pesquisador — seja em suporte de microfilme (custodiado nos cofres da Fundação Biblioteca Nacional), seja em formato digital (documentos já processados, mas não publicados em plataformas *on-line*), seja como instrumentos de pesquisa (catálogos, índices, guias, muitos deles elaborados, mas jamais publicados).

A hipótese orientadora deste ensaio   dupla. Sustento, em primeiro lugar, que o Projeto Resgate contemporâneo deve ser compreendido não como iniciativa descontextualizada, mas

² Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1838, art. 1 , *apud* **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p. 18.

como herdeiro direto — ainda que profundamente transformado em forma, escala e meios técnicos — de uma vocação IHGB que se estende ao longo de quase dois séculos. Em segundo lugar, argumento que o impacto potencial do Projeto Resgate, do ponto de vista historiográfico, permanece aquém de suas possibilidades em razão de uma combinação de fatores estruturais: fragilidade institucional, ciclos irregulares de financiamento, indefinição quanto à natureza do empreendimento e, sobretudo, incompletude sistemática da disponibilização pública.

Metodologicamente, esta reflexão combina reconstrução histórica narrativa e balanço crítico de governança e acesso. Apoia-se, sobretudo, na tese de doutorado de Antônio César Caldas Pinheiro, defendida em Salamanca em 2015,³ que reconstruiu de forma minuciosa a gênese, a evolução metodológica e o impacto historiográfico do Projeto a partir de documentação diplomática, técnica e administrativa. Por outro lado, articula também a documentação recente produzida no bojo do projeto de cooperação técnica internacional 914BRZ3025 (*Fortalecimento, difusão e ampliação do alcance do Projeto Resgate Barão do Rio Branco*), executado pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) em parceria com a UNESCO entre 2015 e 2024, com seus diagnósticos sobre conquistas, lacunas e desafios institucionais. Por fim, apoia-se na produção acadêmica recente sobre o tema, a fim de esclarecer continuidades e inflexões nos novos problemas surgidos a partir de 2015.

O recorte cronológico estende-se, portanto, de 1838 (fundação do IHGB) até 2022, encerrando antes da conjuntura mais recente. Essa delimitação permite reconstruir a trajetória institucional do Projeto Resgate sem entrar em discussão política imediata, ao mesmo tempo em que oferece horizonte temporal suficiente para demonstrar que as dificuldades de governança, financiamento e acesso não são episódios recentes, mas estruturais.

2. A pesquisa documental do “Resgate IHGB”

A tendência a situar o Projeto Resgate exclusivamente no contexto das políticas culturais posteriores à redemocratização brasileira, ou nos fluxos de cooperação internacional auspiciados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

³ PINHEIRO, Antônio César Caldas. **Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”: a documentação colonial brasileira dos arquivos europeus e Estados Unidos, seu impacto na historiografia e sua interdisciplinaridade**. Tese (Doutorado em História) — Universidad de Salamanca, Espanha, Facultad de Traducción y Documentación, 2015.

(UNESCO), corre tanto o risco de obscurecer uma genealogia institucional muito mais longa, quanto o perigo de não fazer jus aos esforços anteriores que lhe serviram de referência. A busca da documentação referente ao Brasil considerada “estrangeira” era uma vindicação antiga. Para que se compreenda plenamente a natureza do atual Projeto Resgate, é necessário remontar à própria fundação do IHGB, em 1838, nos alvares do jovem Império tropical. Com efeito, desde então dezenas de pesquisadores se dedicaram a mapear, identificar, catalogar e reproduzir o ingente conjunto documental disponível no exterior sobre a parcela do Novo Mundo conquistada pelos portugueses.

Os pesquisadores responsáveis pelos primeiros levantamentos de documentos históricos brasileiros no exterior iniciaram sua atuação sob uma preocupação claramente voltada para a questão dos limites territoriais do Império, articulando pesquisa histórica e diplomacia em torno dessas disputas. Entre 1836 e 1838 coube ao Marquês de São Vicente, José Antônio Pimenta Bueno, realizar as primeiras pesquisas sobre a fronteira do Mato Grosso. Nos anos subsequentes, outras personalidades, algumas ligadas ao IHGB, levariam adiante iniciativas semelhantes, como o Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Souza, o Barão da Ponte Ribeiro ou o diplomata Joaquim Caetano da Silva. Entretanto, muito cedo essa dinâmica evoluiu para um projeto mais amplo de salvaguarda e resgate documental, em que a investigação arquivística passou a abranger uma compreensão geral da história brasileira, incluindo a colonização, a administração metropolitana, a vida social e a formação identitária do país.

O trabalho de Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, iniciado em 1839 por solicitação do próprio IHGB e financiado pelo Estado imperial, é geralmente apontado como o ponto de partida desse empreendimento sistemático de localização e compilação de documentos europeus sobre o Brasil, configurando-se como o primeiro núcleo daquilo que viria a ser, em termos conceituais e institucionais, o atual Projeto Resgate. Dessa época inicial são Francisco Adolfo de Varnhagen, Antônio Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, e Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, entre outros. No período republicano, uma série de intelectuais prosseguiu com a pesquisa, mesmo a título pessoal e às próprias expensas, como por exemplo João Capistrano Honório de Abreu, Afonso d’Escagnolle Taunay, Tobias do Rego Monteiro ou Pedro Calmon Moniz de Bittencourt. No início do século XX também foram publicados os primeiros instrumentos de pesquisa sobre o Arquivo Histórico

Ultramarino de Lisboa, elaborados por Eduardo de Castro Almeida, Luísa da Fonseca e Alfredo Mendes Gouveia.

Desde a origem, o IHGB operou sob a convicção de que a escrita de uma história científica do Brasil — que rivalizasse com as narrativas eruditas europeias — demandava não apenas compilação de crônicas e documentos impressos, mas acesso direto a fundos manuscritos. Uma parte significativa dessa documentação, resultado da história imperial portuguesa, encontrava-se dispersa por arquivos estrangeiros, particularmente em Lisboa, mas também em outras capitais europeias, em cidades africanas e, inclusive, nos Estados Unidos da América.

Essa consciência translativa — isto é, a percepção de que era necessário “trazer de volta”, ainda que sob forma de cópia, o patrimônio documental disperso — traduzia-se em iniciativas concretas. As atas, relatórios e correspondência da instituição revelam, já no século XIX, um padrão recorrente: envio de sócios correspondentes ou membros a arquivos europeus com missão específica de copiar documentação; negociação, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, de autorização para consulta e transcrição de fundos; publicação periódica de coleções documentais baseadas nesses esforços; e manutenção de redes de correspondência com arquivos estrangeiros, universidades e centros de erudição.

O que se poderia chamar de “Resgate IHGB” não constituía, portanto, um programa formal sistematicamente planejado, mas antes um conjunto de práticas institucionalizadas: levantamento de acervos, circulação de pesquisadores entre continentes, produção de cópias manuscritas e, progressivamente, transcrições impressas e publicadas. O objetivo que as unia era simples, porém ambicioso: reduzir a dependência de viagens onerosas e de redes pessoais de sociabilidade acadêmica, incorporando ao acervo institucional brasileiro uma massa crítica de documentação necessária para sustentar narrativas históricas apoiadas em fontes primárias.

A relação com os arquivos portugueses era particularmente central. A percepção de que um grande volume da documentação sobre o Brasil colonial se encontrava sob custódia lusitana — no Arquivo Real, depois Arquivo da Torre do Tombo, e especialmente no Arquivo Histórico Ultramarino — prenunciava as discussões internacionais sobre o que viria a ser chamado, no século XX, de “patrimônio comum”: a noção de que documentos produzidos no contexto de relações coloniais pertencem, em certo sentido, tanto ao território que os originou quanto ao que os conserva. Tal princípio, embora de modo informal, já estava presente nas práticas do IHGB desde o século XIX.

Bem antes, portanto, de o termo “Projeto Resgate” ser cunhado em sua acepção contemporânea, já se encontrava no IHGB oitocentista um programa implícito de “resgate” documental: localizar, descrever quando possível e integrar, na medida das possibilidades, o patrimônio arquivístico concernente ao Brasil, independentemente de sua localização geográfica. A forma era fragmentária, os recursos eram limitados, a continuidade era intermitente; porém a matriz intelectual — uma história científica do Brasil baseada em documentos — estava posta.

3. Barão do Rio Branco: figura-síntese da diplomacia arquivística

A escolha de se batizar o Projeto Resgate com o nome de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-1912), não foi decisão meramente honorífica ou sentimental. Rio Branco encarnou, de modo exemplar, a convergência entre erudição histórica, prática diplomática e mobilização de documentos de arquivo que está no cerne do Projeto Resgate.

Como é bem conhecido, Rio Branco fez da pesquisa em acervos estrangeiros — particularmente em Portugal — uma ferramenta central de sua atuação como jurista e diplomata. Sua defesa de fronteiras brasileiras apoiava-se sistematicamente em documentos de arquivo; seu trabalho de arbitragem territorial exigia conhecimento profundo de convênios, tratados e correspondência diplomática dispersa em várias instituições. Para tanto, Rio Branco cultivou uma prática intensa de pesquisa arquivística, organizou coleções documentais, negociou acesso a fundos estrangeiros e, em várias ocasiões, subsidiou ou coordenou missões de pesquisadores a Lisboa e a outras capitais europeias.⁴

Para além do trabalho pontual, Rio Branco ajudou a consolidar, no Ministério das Relações Exteriores, uma cultura profissional duradoura: a prática sistemática de consulta a acervos, a formação de coleções de documentação de apoio à política externa, o diálogo constante com arquivos e bibliotecas estrangeiras, a compreensão de que o domínio de fontes documentais era um recurso político estratégico.

Quando, décadas mais tarde, a partir dos anos 1980 e 1990, diplomatas e historiadores brasileiros se articularam em torno da ideia de microfilmar e depois digitalizar

⁴ PINHEIRO, 2015, p. 106.

sistematicamente toda a documentação relativa ao Brasil em arquivos estrangeiros, estavam, em boa medida, caminhando numa trilha aberta pela tradição que Rio Branco ajudara a estabelecer. O Itamaraty foi, de fato, um dos primeiros promotores do Projeto Resgate moderno, reconhecendo nele uma continuação de uma prática diplomática secular.

Assim, ao recuperar a genealogia do Projeto Resgate, importa reposicionar o nome “Barão do Rio Branco” como síntese viva de uma cultura de trabalho com documentos que atravessa, de forma contínua, o IHGB do século XIX, o Itamaraty republicano e, finalmente, as instituições arquivísticas da virada para o terceiro milênio. A “reputação” do Barão — sua importância historiográfica, sua estatura como intelectual público — torna-se, nesse sentido, também um ativo simbólico do Projeto Resgate, legitimando-o diante de públicos diversos.

4. De desejo erudito à política de Estado (1974-2000)

A transição do “Resgate IHGB” para o Projeto Resgate ocorreu num cruzamento específico de contextos, internacional e doméstico. No plano internacional, destaca-se o convite feito aos Estados membros da UNESCO a refletirem sobre a possibilidade de transferência documental entre as nações que possuem uma história comum.⁵ Sem dúvida, o momento reclamava este tipo de cooperação internacional, haja vista os numerosos processos de independência em curso em diversos países, implicando rupturas nem sempre suaves.

Ora, o caso luso-brasileiro precisa ser encarado, no contexto do compartilhamento do patrimônio documental comum, como um exemplo de sucesso, pois as relações entre Brasil e Portugal mantiveram-se sempre amistosas. Afortunadamente, a cooperação entre os dois países já tinha sido selada em 1966 pelo *Acordo Cultural Brasil-Portugal*. Esse instrumento serviria de base para ulteriores protocolos de cooperação no âmbito do patrimônio comum. No concernente ao Projeto Resgate, são significativos: o *Protocolo de microfilmagem Brasil-Portugal* (1983), o *Protocolo de colaboração Brasil-Portugal* (1995), o *Termo de Compromisso de Porto Seguro* (1996), o *Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem* (1997) e o *Protocolo de Colaboração na área de arquivos* (2001). Feliz conclusão desse processo bilateral foi a recepção do *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República*

⁵ Cf. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). *Atas da 18ª Sessão de Paris*, 17 de outubro a 23 de novembro de 1974, nº 4.212, recomendação nº 1.

Federativa do Brasil e a República Portuguesa,⁶ por ocasião da comemoração dos 500 anos do “Achamento do Brasil”, o que elevou todos os esforços culturais envidados ao patamar de política de Estado. Particularmente importante é o artigo 30:

As Partes Contratantes propõem-se levar a cabo a microfilmagem ou a inclusão em outros suportes eletrônicos de documentos de interesse para a memória nacional do Brasil e de Portugal existentes nos respectivos arquivos e examinarão em conjunto, quando solicitadas, a possibilidade de participação nesse projeto de países de tradição cultural comum.

No plano doméstico, a organização das políticas culturais do Estado brasileiro no período da redemocratização criou condições institucionais para que projetos de longo curso fossem formulados com base nesses convênios. Essa nova gramática normativa — que, em certo sentido, oficializava e universalizava o princípio que o IHGB já praticava informalmente — abriu espaço político para que esforços dispersos de pesquisadores e instituições brasileiras se inscrevessem num quadro de cooperação internacional formal.

Em tal momento favorável é que o Projeto Resgate propriamente dito foi gestado. Seu diferencial em relação às práticas anteriores residia na decisão de combinar, no mesmo movimento, três operações: levantamento sistemático e descritivo da documentação; microfilmagem em larga escala; e, mais tarde, digitalização dos microfilmes. O esforço investigativo dos primeiros sócios do IHGB, que transcreveram manualmente tantos documentos estrangeiros, seria substituído por sistematizações e reproduções com ampla difusão. Em vez de depender de iniciativas individuais de pesquisadores, financiados *ad hoc*, o Projeto Resgate passaria a operar por meio de equipes permanentes ou semipermanentes, com financiamento público específico, metas quantificadas e acordos formais com as instituições detentoras dos acervos.

Ao cabo de um período preparatório, em que o Arquivo Histórico Ultramarino seria escolhido como núcleo estruturante dessa nova fase,⁷ a presidência do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) criou, por meio da Portaria nº 12, de 27 de fevereiro de 1996 — com o aval dos membros da Seção Portuguesa —, a Seção Brasileira da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO). Para dirigir o Projeto Resgate, sob a orientação da COLUSO, foi designada a Dra. Esther Bertoletti, então assessora do Ministério da Cultura.

⁶ O Congresso Nacional aprovou o Tratado de Amizade por meio do Decreto Legislativo nº 165, de 30 de maio de 2001, e a Presidência da República o promulgou por meio do Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001.

⁷ Para mais detalhes acerca desses antecedentes, vide PINHEIRO, 2015, p. 136-144.

Sob esse regime, equipes de pesquisadores brasileiros atuaram sistematicamente em Lisboa, produzindo microfilmes em matriz de saís de prata, sob controle de qualidade técnica da entidade portuguesa. Em contrapartida, o Brasil se comprometeu a oferecer ao acervo português cópias de primeira geração, bem como a garantir que o uso do material se restringisse a fins culturais e de pesquisa, sem exploração comercial. As reproduções, por sua vez, seriam destinadas a instituições de ensino, pesquisa e cultura no Brasil, ampliando o acesso ao material.

A partir do núcleo luso-brasileiro, o Projeto Resgate passou, progressivamente, a ampliar seu horizonte, mapeando acervos em outros países europeus (Espanha, França, Países Baixos, Bélgica, Reino Unido, Itália, Santa Sé, Suécia) e, também, nos Estados Unidos. Instituições diversas — arquivos estatais, bibliotecas municipais, universidades, museus — tornaram-se fontes de documentação relativa ao Brasil. Não obstante, a centralidade do Arquivo Ultramarino — tanto pela quantidade quanto pela densidade histórica dos fundos relativos à administração ultramarina — conferiu-lhe, e continua a conferir-lhe, um lugar privilegiado na memória e nas operações práticas do Projeto Resgate.

5. A produção do Projeto Resgate (2000-2014)

Sob a coordenação técnica da arquivista Heloisa Liberalli Bellotto, equipes de pesquisadores brasileiros, em articulação com técnicos e arquivistas portugueses, procederam ao tratamento técnico de séries volumosas, em particular dos documentos manuscritos avulsos das antigas capitanias hereditárias. Esse trabalho de descrição deu origem a catálogos impressos, por vezes em múltiplos volumes, complementados por índices ideogênicos, ideográficos, antroponímicos e toponímicos.⁸ O resultado, do ponto de vista da organização do conhecimento, foi notável: acervos antes dispersos, mal descritos ou simplesmente ignorados tornaram-se inteligíveis para o pesquisador.

Inicialmente, o trabalho de descrição sofreu pela ausência de diretrizes metodológicas completamente unificadas. Diferentes equipes, atuando em períodos distintos e com composição heterogênea (historiadores, arquivistas, paleógrafos, pesquisadores em treinamento), adotaram concepções diferentes quanto aos níveis de indexação, ao vocabulário

⁸ Para uma descrição detalhada da metodologia e técnica arquivísticas utilizadas na organização e descrição dos documentos, PINHEIRO, 2015, p. 171-197.

a ser padronizado e às convenções de resumo. Isso produziu assimetrias entre catálogos — alguns extraordinariamente ricos em índices e remissivas, outros mais restritos em organização temática — que, embora não invalidem o conjunto, criam desafios para o pesquisador que busca uma navegação consistente pelo universo do acervo. Apesar dessas discrepâncias, há de se ressaltar que a qualidade substantiva do trabalho não foi comprometida.

No campo da reprodução documental, no último quartel do século XX a microfilmagem foi a tecnologia dominante. O Projeto Resgate chegou a microfilmar centenas de rolos de filme em formato 35 mm, cobrindo um volume considerável da documentação dos acervos estrangeiros. Com a transição para a era digital, a partir dos anos 2000, parte significativa desses microfilmes foi convertida progressivamente em imagens digitais de alta resolução (400-600 DPI), muitas das quais foram, em determinado momento, difundidas em suportes físicos (caixas de CD-ROM), distribuídas a universidades federais, institutos históricos estaduais e bibliotecas brasileiras. Posteriormente, com o desenvolvimento da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) a partir dos anos 2010, o acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino foi incorporado à plataforma *on-line*, oferecendo acesso remoto às imagens.

Por fim, os instrumentos de pesquisa constituem o terceiro eixo de produção do Projeto Resgate. Além dos catálogos impressos já mencionados e dos índices que os acompanham, foram elaborados: guias de fontes em acervos de outros países (Brasil em Portugal, Brasil em Espanha, Brasil em arquivos franceses); catálogos especializados de códices e livros manuscritos; catálogos temáticos organizados por temas historiográficos contemporâneos (história das mulheres, história da escravidão africana no Brasil colonial, história dos povos indígenas, história do semiárido); catálogos por série documental (Série Reino, Série Vários, Contratos Avulsos); e, mais recentemente, catálogos virtuais com hiperlinks que articulam instrumentos de pesquisa a imagens digitais.

O investimento realizado em instrumentos de pesquisa foi, portanto, substancial em termos de recursos, de tempo de dedicação de consultores especializados e de valor historiográfico. Contudo, nunca esse investimento foi acompanhado por uma política sistemática de difusão e centralização da informação. Muitos dos produtos se dispersaram entre editoras que publicaram alguns catálogos, coleções institucionais fragmentárias

(repositórios de universidades, acervos de institutos históricos estaduais), arquivos pessoais de consultores, ou dossiês administrativos internos da Fundação Biblioteca Nacional.

6. A cooperação técnica internacional (2015-2022)

Se o ideal do Projeto Resgate deita raízes em visões herdadas do IHGB e em práticas diplomáticas de trabalho com documentos, sua institucionalização parece não ter ainda alcançado a mesma solidez. Marcado por transferências de responsabilidade entre órgãos, ciclos de financiamento e diversos arranjos de governança, o Projeto Resgate esteve associado a diferentes *loci* institucionais, dependendo da fase e do financiador. O Ministério da Cultura manteve papel proeminente, assim como o Ministério das Relações Exteriores. Algumas universidades brasileiras — em particular, a Universidade de Brasília (UnB) — também contribuíram tanto na execução de atividades técnicas quanto na gestão administrativa.

Com a aposentadoria da Dra. Esther Bertoletti em 2011, a coordenação técnica passou à historiadora Kátia Jane de Souza Machado, servidora na Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Verificou-se a partir daí uma inflexão significativa: a FBN, por intermédio da BNDigital e de sua estrutura de preservação e difusão de acervos, tornou-se definitivamente a depositária institucional dos microfilmes, mídias digitais e demais documentação técnica do Projeto Resgate. Tal papel viria a consolidar-se em finais de 2015, quando a FBN foi designada para coordenar um projeto de cooperação técnica internacional entre o Ministério da Cultura e a UNESCO. O projeto de cooperação, que vigorou até 2022 por meio de aditivos contratuais,⁹ denominava-se “Fortalecimento, difusão e ampliação do alcance do Projeto Resgate Barão do Rio Branco”, sob o número PRODOC UNESCO 914BRZ3025.¹⁰

Pela primeira vez, o Projeto Resgate recebia apoio financeiro estável de uma única fonte — ainda que por tempo limitado —, muito embora o aporte só pudesse ser investido na contratação de consultorias. Isto é, estava vedada a contratação de terceirizados, a concessão de bolsas e eventuais aquisições. Dos aportes federais previstos (R\$ 3.491.250,00), só foram efetivados 51%, entre 2016 e 2018, mas os gastos não excederam R\$ 300.000,00 em todo o

⁹ À época, a normativa vigente facultava a prorrogação do projeto de cooperação técnica internacional por até dez anos (Portaria MRE nº 8, de 4 de janeiro de 2017, artigo 12, parágrafo único acrescentado pela Portaria MRE nº 980, de 15 de dezembro de 2017).

¹⁰ Toda a documentação referente ao projeto de cooperação técnica consta do Processo FBN nº 01430.000607/2018-20.

período. Conforme o contrato, a UNESCO praticou uma taxa administrativa de 5% sobre todas as transações. Obtendo aditivo de prazo durante o governo Bolsonaro (2019-2022), a equipe do Projeto Resgate executou todo o saldo financeiro.

Em suma, o projeto de cooperação técnica internacional viabilizou: a realização de um congresso acadêmico; a contratação de consultores especializados para atividades de localização, catalogação, organização e descrição de acervos; a elaboração de um projeto de tesouro; o aprimoramento da infraestrutura de difusão dos conteúdos digitais; a formação das equipes internas da FBN; e a produção de diagnósticos e recomendações para a consolidação futura do Projeto Resgate.

A BNDigital demonstrou-se um ambiente adequado para acomodar a crescente massa de imagens digitalizadas. Integrado ao ecossistema de acervos públicos com padrões abertos, definição de estruturas de metadados, garantia de preservação digital de longo prazo e acessibilidade remota de documentos, o Projeto Resgate ganhou visibilidade, sendo responsável por cerca de 4,5% do tráfego da instituição em 2022.

Por outro lado, o projeto de cooperação técnica com a UNESCO evidenciou um problema que prossegue sem solução. Embora a FBN desempenhasse as funções de guardião do Projeto Resgate, tardou a consolidá-lo formalmente no seio da instituição. Merece destaque apenas a Portaria FBN nº 43, de 22 de julho de 2022, que instituiu um núcleo denominado *Centro de Memória do Projeto Resgate*, descrito no artigo 1º como “âmbito de guarda, preservação, difusão, pesquisa, extensão, inovação e memória do patrimônio documental, o qual tenha sido identificado, catalogado e reproduzido pelo Projeto de documentação histórica ‘Barão do Rio Branco’”.

Em si mesma, a gestão do Projeto Resgate carece de critérios para a escolha e a nomeação do seu coordenador técnico. A bem da verdade, poder-se-ia afirmar que a situação se agravou com a cooperação com a UNESCO, pois a ordenação das despesas não foi confiada à então coordenadora técnica Kátia Jane de Souza Machado, criando-se uma espécie de “bicefalia” institucional. Após sua aposentadoria, a servidora foi sucedida em 2020 pelo historiador João Carlos Nara Jr., nas mesmas condições. A situação seria remediada somente em 2022, quando esse servidor acumulou ambas as funções de coordenador técnico e financeiro.¹¹

¹¹ Portaria FBN nº 18, de 18 de abril de 2022.

Com o início do novo ciclo político em 2023, advieram novos contratemplos: tanto o coordenador como seu representante interino junto à COLUSO, o historiador Fernando Santos Berçot, foram redistribuídos a outros órgãos federais. Quanto ao projeto de cooperação com a UNESCO, este foi prorrogado até 31 de maio de 2024, mesmo sem saldo financeiro. Os catálogos produzidos e entregues ao Centro de Pesquisa e Editoração da FBN em 2022 (Tabela 1) não foram regularmente publicados até o atual momento, embora seus conteúdos tenham sido publicizados no site governamental da FBN (<https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/projeto-resgate>). Ora, em se tratando de livros digitais, a sua disponibilização deveria ter sido feita na BNDigital por meio de *link* persistente, procedimento associado à formalização e preservação das publicações que compõem o acervo institucional.

Tabela 1 – Produtos dos consultores do Projeto Resgate entregues para publicação em 2022.

Título	Autores	Número de laudas
Inventário de documentos sobre a América Portuguesa encontrados na Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Portugal.	Caio César Boschi	138
Instrumento de pesquisa dos documentos manuscritos avulsos sobre irmandades leigas e ordens religiosas pertencentes às séries do Conselho Ultramarino.	Hugo Coelho, Jeferson Mendes e Rafael Afonso Gonçalves	1.643
Instrumento de pesquisa dos documentos manuscritos avulsos sobre hodologia pertencentes às séries do Conselho Ultramarino.	Hugo Coelho, Jeferson Mendes e Rafael Afonso Gonçalves	4.522
Catálogos da Iconografia do Brasil existente no Arquivo Histórico Ultramarino.	Érika Dias	234
Catálogo de documentos do Brasil na Série Reino do Conselho Ultramarino.	Érika Dias	322

Catálogo de documentos manuscritos da Série Vários do fundo Conselho Ultramarino existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.	Érika Dias et al.	976
Instrumento temático dos Documentos Manuscritos Avulsos sobre contratos pertencentes às séries do Conselho Ultramarino existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa disponíveis no acervo da Fundação Biblioteca Nacional.	Sylvia Brito e Régis Quintão	1.198
Catálogo geral dos manuscritos e códices do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa referentes à História Indígena no Brasil.	Juciene Ricarte Cardoso et al.	543
Catálogo geral dos manuscritos e códices do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa referentes à Escravidão Negra no Brasil.	Juciene Ricarte Cardoso et al.	788
Catálogo geral dos manuscritos e códices do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa referentes ao semiárido brasileiro.	Juciene Ricarte Cardoso et al.	917
Catálogo geral de documentos de História das Mulheres no Brasil no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, séculos XVI a XIX.	Juciene Ricarte Cardoso et al.	979

Fonte: Elaboração própria.

O único catálogo publicado não saiu pela FBN, mas foi financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) em 2024,¹² como fruto do projeto “Identificação e exposição dos documentos históricos relativos ao processo de Independência do Brasil” (2021-2024), proposto pelos pesquisadores ao órgão de fomento por ocasião das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil. Um segundo volume, derivado da mesma pesquisa e dedicado à documentação diplomática da Torre do Tombo, está no prelo da Editora do Senado Federal.¹³

¹² NARA JR., João Carlos; DIAS, Érika (org.); ASSUNÇÃO, Paulo de; PORTO, Denise G (aut.). **O esquecimento das desavenças passadas: o processo de Independência do Brasil no Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”**. Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. São Paulo: Alameda, 2024.

¹³ Terá por título “Triunfa e triunfará a independência brasileira ou a morte nos há de custar: O processo de reconhecimento da independência do Brasil”.

7. De volta às raízes: o Projeto Resgate e o IHGB

A ausência de um enquadramento institucional estável e de longo prazo — que não é problema novo, mas recorrente — ajuda a explicar a proliferação de soluções circunstanciais para problemas estruturais de gestão: dificuldade em planejar a médio e longo prazo, fragmentação na execução de tarefas, dispersão de responsabilidades e, finalmente, incompletude da disponibilização do acervo.

À luz das considerações precedentes, torna-se possível e necessário situar o Projeto Resgate como expressão contemporânea — profundamente transformada em forma, escala e meios técnicos — de uma vocação institucional que se estende ao longo de quase dois séculos de busca dos historiadores brasileiros, muitos deles ligados ao IHGB. Essa herança manifesta-se em ao menos três planos distintos.

Em primeiro lugar, no plano das ideias e do projeto historiográfico: persiste a convicção de que a escrita de uma história científica e bem fundamentada do Brasil exige o domínio de um *corpus* documental cuja integridade não coincide com fronteiras territoriais. Tal como seus antecessores oitocentistas, os arquitetos do Projeto Resgate partiram da premissa fundamental de que era necessário localizar, descrever e, quando possível, “trazer de volta” — ainda que sob forma de reprodução — documentos dispersos por arquivos estrangeiros, particularmente os do antigo centro de poder metropolitano português. Esse princípio, enunciado nos estatutos do IHGB em 1838, reencontra-se nos protocolos de cooperação internacional e nas diretrizes do PRODOC 914BRZ3025.

Em segundo lugar, no plano das práticas e do trabalho técnico: existe continuidade entre as missões individuais de eruditos (financiadas por subscrições, verbas ministeriais ou bolsas universitárias), que caracterizavam a pesquisa histórica do século XIX, e as equipes organizadas, coordenadas e tecnicamente supervisionadas do Projeto Resgate. Muda a escala — passando de pesquisadores isolados a dezenas de profissionais atuando simultaneamente. Mudam os suportes — passando de cópias manuscritas e depois transcrições impressas a microfilmes e arquivos digitais de alta resolução. Porém, permanece a lógica fundamental: uma circulação transnacional de pesquisadores, negociando com arquivos estrangeiros o acesso e a reprodução de fundos documentais, com vistas a ampliar o horizonte empírico da pesquisa histórica nacional.

Em terceiro lugar, no plano institucional e simbólico: a própria presença do IHGB — seja como membro de comissões, seja como apoiador simbólico — na história recente do Projeto Resgate reforça essa linhagem. O Instituto, que outrora mobilizara diplomatas e sócios correspondentes para levantar fontes em Lisboa e noutros centros europeus, vê agora seu nome, sua tradição e sua experiência histórica refletidos num empreendimento conduzido por ministérios, órgãos federais, arquivos e organismos internacionais. Nesse sentido, o Projeto Resgate pode ser compreendido como realização ampliada e institucionalizada de uma missão que o IHGB havia enunciado em seus primórdios.

Ao mesmo tempo, é decisivo ressaltar que o Projeto Resgate reconfigura essa vocação IHGB em chave radicalmente distinta. Deixa de depender de iniciativas individuais e passa a articular-se em torno de políticas de Estado, normas internacionais de preservação digital, tratados diplomáticos e estratégias de governo digital. O que se ganha em escala, sistematicidade e potencial de difusão é inegável. Porém, como as seções que se seguem procurarão demonstrar, esses ganhos não se converteram automaticamente em acesso público efetivo: essa última etapa permanece incompleta.

8. Fragilidade estrutural e soluções improvisadas

Se o Projeto Resgate herda do IHGB uma vocação de longa duração, herda também — e de maneira que se aprofunda nas últimas décadas — uma fragilidade estrutural profunda: a ausência de um enquadramento institucional permanente e incontestável, capaz de lhe conferir continuidade para além de ciclos de financiamento, mudanças de governo e reformas administrativas. Diagnósticos elaborados pelo consultor da UNESCO Leandro Cavalcanti¹⁴ convergem para a identificação de duas ameaças recorrentes, que interagem uma com a outra:

A primeira é a sujeição a ciclos irregulares de verbas e de continuidade administrativa. O Projeto Resgate passa por períodos de execução intensa, quando há recursos disponíveis para contratar equipes, realizar missões em arquivos estrangeiros, executar microfilmagem ou digitalização em larga escala; esses períodos alternam-se com períodos de paralisação quase total, quando o financiamento se esgota e não há alocação orçamentária que substitua. Essa oscilação — documentada desde suas primeiras fases — compromete gravemente a

¹⁴ Os diagnósticos e recomendações estão distribuídos em um plano de trabalho e cinco relatórios entregues entre 2021 e 2022 (cf. Processo FBN 01430.000607/2018-20).

capacidade de planejamento de médio e longo prazo. Impede a manutenção de equipes qualificadas e interessadas. Interrompe cadeias de trabalho que demandam continuidade: por exemplo, a sequência de identificação de documentos, microfilmagem ou digitalização, descrição e indexação, publicação *on-line* não consegue prosseguir de forma fluida quando há paralisações administrativas.

A segunda ameaça é a indefinição quanto à própria natureza do Projeto Resgate. Seria ele um “projeto” em sentido estrito — isto é, empreendimento com objetivos bem delimitados, escopo definido e horizonte temporal finito? Seria um “programa” permanente de Estado, destinado a se renovar sucessivamente por convênios e editais? Seria uma “política pública” de preservação e acesso ao patrimônio documental, com status estratégico duradouro? A ausência de uma resposta clara — formalizada em lei, decreto, portaria ou instrumento administrativo equivalente — repercute na forma como diferentes órgãos o tratam: ora como encargo temporário (a ser finalizado quando recursos se esgotarem), ora como iniciativa estruturante (mas sem estatuto jurídico e orçamentário correspondente).

Essa indefinição de natureza produz uma série de consequências práticas nefastas. Sem uma instituição claramente designada como responsável permanente — com atribuições explícitas, quadro de pessoal adequado e dotações orçamentárias não sujeitas a competição anual — o Projeto corre permanentemente o risco de: perder pessoal qualificado para outras funções ou instituições; ficar subordinado a prioridades administrativas contingentes; depender de editais, convênios pontuais e arranjos informais para contratar equipes; não conseguir empreender planejamento plurianual para atividades como a conversão em massa de microfilmes em formato digital; sofrer interrupções nas etapas finais de disponibilização (*upload* dos objetos digitais, organização de repositórios, difusão).

Para que haja um fortalecimento institucional duradouro, esse *modus operandi* [de ciclos] deve ser abandonado e um novo deve ser institucionalizado. Assim sendo, é fulcral que a atual equipe do projeto busque influenciar o governo federal para que o Projeto Resgate Barão do Rio Branco seja transformado em uma política de Estado.¹⁵

A “transformação em política de Estado” aqui mencionada não é mero desejo corporativo de pesquisadores; é diagnóstico técnico de fragilidade estrutural. Enquanto o

¹⁵ CAVALCANTE, Leandro. **Recomendações para o fortalecimento institucional e técnico do projeto 914BRZ3025 UNESCO/Fundação Biblioteca Nacional** — Produto 2. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, novembro de 2021, p. 10.

Resgate permanecer como um “convidado” em instituições cuja missão principal é mais ampla, sem um estatuto próprio que o ancore, estará sempre vulnerável a mudanças conjunturais, a interesses partidários, a descontinuidades administrativas e a dificuldades na captação, alocação e gestão de recursos.

Um dos sintomas mais imediatamente visíveis da fragilidade institucional e da indefinição de natureza do Projeto Resgate é a situação de sua presença digital e de acesso aos instrumentos de pesquisa. Durante anos — e, em parte, ainda na atualidade — uma busca simples pelo termo “Projeto Resgate Barão do Rio Branco” em qualquer motor de busca devolvia como principais resultados não um único site oficial, mas vários portais distintos, sem coordenação clara. Mais do que um problema de *user experience*, isto é indício de uma arquitetura institucional fragmentada, na qual responsabilidades se sobrepõem, se diluem e se contradizem. Em termos simbólicos, a persistência de múltiplos sites espelha a própria história do Projeto Resgate, que passou por múltiplas mãos e não consegue se fazer claramente identificável pelo público. Além disso, a existência de múltiplos portais desorganizados contraria as próprias diretrizes de política digital federal. Afinal, a Estratégia de Governo Digital preconiza que serviços públicos eletrônicos devem ser simples e intuitivos, concentrados em um ponto de acesso único quando possível, com linguagem clara e interfaces acessíveis.

9. A crise de acesso

Talvez o diagnóstico mais crítico a fazer sobre o Projeto Resgate, do ponto de vista historiográfico e de política pública, seja identificar um descompasso fundamental: entre a dimensão do acervo reunido (centenas de milhares de páginas) e o grau efetivo de acesso oferecido à comunidade de pesquisadores. Embora seja inegável o avanço representado pela disponibilização *on-line* de aproximadamente 1,5 milhão de páginas de documentos do Arquivo Ultramarino, há três estratos problemáticos que convém explicitar:

Parte significativa da documentação permanece, ainda hoje, guardada exclusivamente em suporte de microfilme. Esses rolos, acondicionados em cofres climatizados da FBN, não foram convertidos em imagens digitais, seja por limitações orçamentárias, seja pela falta de um plano sistemático de digitalização contínua. Na prática, isso significa que um volume considerável de fontes — tecnicamente “resgatado”, fisicamente presente em território

brasileiro — permanece acessível apenas de forma presencial (mediante deslocamento do pesquisador ao Rio de Janeiro) ou através de morosos procedimentos administrativos.

Um segundo estrato do problema é ainda mais delicado: há documentação que foi tecnicamente processada — isto é, os microfilmes foram digitalizados, gerando cerca de 270 GB de arquivos digitais — mas não chegou a ser publicada. Esses documentos permanecem em repositórios internos sem acesso público.

O terceiro estrato da crise de acesso refere-se especificamente aos instrumentos de pesquisa produzidos — catálogos, índices, guias de fontes — mas pendentes de publicação em formato impresso ou em repositório institucional digital. Isso representa não apenas uma perda de informação para o pesquisador — que frequentemente desconhece a existência desses instrumentos — mas também um desperdício de investimento público: recursos foram gastos em produção intelectual que não retorna ao patrimônio público de conhecimento.

Esses três estratos da “crise de acesso” combinam-se para produzir uma situação paradoxal. O impacto historiográfico do Projeto Resgate é inegavelmente real e documentável. Apenas considerando a documentação acessível *on-line*, ocasionou uma transformação significativa na pesquisa sobre Brasil Colonial, redefinindo o horizonte empírico da historiografia brasileira. Centenas de dissertações de mestrado e teses de doutorado, bem como monografias e artigos, foram realizados com base na documentação do Projeto Resgate. Porém, o impacto real permanece aquém do impacto potencial. A porção do acervo efetivamente acessível é inferior à massa total de documentos resgatados. A falta de instrumentos de pesquisa amplamente disseminados limita ainda mais a exploração do material. O resultado é que o “resgate” permanece inacabado.

10. Conclusão: entre a promessa e a realidade

A reconstrução empreendida neste ensaio da trajetória do Projeto Resgate, desde suas raízes na vocação arquivística do IHGB até sua consolidação contemporânea como operação de cooperação internacional, procurou demonstrar uma tese central: que o Projeto Resgate é, simultaneamente, um êxito historiográfico notável e um desafio político estrutural.

Do ponto de vista historiográfico, o balanço é inequivocamente positivo, merecendo ser celebrado como realização diplomática, governamental e intelectual de relevância pública duradoura. Ao mesmo tempo, a análise da sua trajetória revela os limites de um

empreendimento que permanece vulnerável a discontinuidades e incapaz de realizar plenamente seu potencial.

À luz dessa ambivalência — êxito historiográfico, fragilidade política — importa recolocar em debate público a questão formulada nos diagnósticos técnicos recentes, a fim de se alcançarem os desdobramentos institucionais correspondentes.

Para o IHGB — instituição cuja história se entrelaça à gênese simbólica e concreta do Projeto Resgate — esse debate não é alheio nem apenas sentimental. Ao trazer tamanho esforço historiográfico para o centro de sua reflexão sobre o Brasil, o IHGB pode reivindicar uma participação ativa em seu futuro. Continua sendo sua missão contribuir para que a herança intelectual encontre, em definitivo, uma forma institucional à altura de sua importância.

Referências bibliográficas

BERTOLETTI, Esther; BELLOTTO, Heloísa; DIAS, Erika. O Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco: acesso às fontes da história do Brasil existentes no exterior. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n. 29.1, p.1-26, Recife, 2012.

BOSCHI, Caio César. Projeto Resgate: História e arquivística (1982-2014). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 187-208, 2018.

CAVALCANTE, Leandro. **Recomendações para o fortalecimento institucional e técnico do projeto 914BRZ3025 UNESCO/Fundação Biblioteca Nacional** — Produto 2. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, novembro de 2021, Processo nº 01430.000607/2018-20.

CONFERÊNCIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Atas da 18ª Sessão de Paris**, 17 de outubro a 23 de novembro de 1974.

DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. Informação e Memória: o Projeto Resgate e a administração do Brasil Colonial no século XVIII. **IRIS**, Recife, v.1, n.1, p. 43-66, jul./dez., 2012.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, tomo I, 1839.

MACHADO, Kátia Jane de Souza. Brasil colonial: uma historiografia mapeada sob o olhar espanhol. *In: ANAIS do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Parati, 2011.

MACHADO, Kátia Jane de Souza. História, Manuscritos, Memória: o Resgate da Historiografia de Continentes no Caminhar Arquivístico das Nações. *In: ANAIS do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 2013.

NARA JR., João Carlos; DIAS, Érika (org.); ASSUNÇÃO, Paulo de; PORTO, Denise G. (aut.). **O esquecimento das desavenças passadas: o processo de Independência do Brasil no Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”**. Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. São Paulo: Alameda, 2024.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. **Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”: a documentação colonial brasileira dos arquivos europeus e Estados Unidos, seu impacto na historiografia e sua interdisciplinaridade**. Tese (Doutorado em História) — Universidad de Salamanca, Espanha, Facultad de Traducción y Documentación, 2015.

VASQUES FILHO, Demival; BLOCH, Agatha; CARDOSO, Juciene; NARA JR., João Carlos (org.). **Memórias digitais: democratizando informações, histórias e tecnologias**. São José do Rio Preto: HN, 2024.